Revista de Geografia (Recife) V. 42, Nº. 2, 2025
Universidade Federal de Pernambuco

https://doi.org/10.51359/2238-6211.2025.262422

PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT
REVISTA DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Pernambuco
https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia
OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS

Os saberes tradicionais enquanto episteme popular pernambucana

Izabela Cristina Gomes da Silva[1] - Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7605-2937

[1] Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil*

Artigo recebido em 06/04/2024 e aceito em 10/05/2025

RESUMO

Neste artigo, abordamos como os saberes dos povos tradicionais camponeses trazem respostas à busca por modos de vida menos degradantes da natureza. Esse reconhecimento faz parte do processo de descolonização do conhecimento/pensamento. Ao olharmos para os saberes-fazeres ancestrais, podemos compreender as relações existentes entre os povos camponeses tradicionais e a natureza. Nesse processo, são levados em consideração a percepção, a criatividade e a sensibilidade para lidar com as mais diversas condições fisiográficas. Interessamo-nos pelo estudo do espaço agrário de Brejo da Madre de Deus - PE, buscando compreender o processo de territorialização da Agroecologia e correlacionar os pressupostos teórico-metodológicos com a realidade objetivo-subjetiva. Esta escolha deve-se ao impulso para a disseminação da Agroecologia em Pernambuco no final da década de 1990. Temos como objetivo comprovar que as práticas agroecológicas realizadas pelos camponeses na mesorregião referida auxiliam em um processo de valorização do conhecimento popular tradicional, enquanto agente transformador da realidade sobre os territórios camponeses. Foram utilizadas metodologias de base qualitativa, como a pesquisa participante e o diálogo de saberes. Por fim, nos territórios camponeses agroecológicos brejenses, a diversidade biológica atrela-se à sociocultural na construção de relações sociedade-natureza mais simétricas e proporcionais para conquistar melhores condições de vida.

Palavras-chave: saberes tradicionais; Epistemologia do Sul; territórios camponeses; Pernambuco.

Traditional knowledge as a pernambuco's popular episteme

ABSTRACT

In this article, we discuss howthat the knowledge of traditional country people brings answers to the search for ways of life that are less degrading to nature. This recognition is part of the process of decolonization of knowledge/thought. By looking at ancestral know-how, we can understand the connections between traditional country people and nature. In this process, perception, creativity and sensitivity are taken into account to deal with

* Doutora em Geografia (PPGG/UFC), Professora Substituta do Departamento de Ensino e Currículo da UFPE. E-mail: izabela.gomess@ufpe.br

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

the most diverse physiographic conditions. We are interested in studying the agrarian space of Brejo da Madre de Deus - PE, seeking to understand the process of territorialization of Agroecology and correlate the theoretical-methodological assumptions with the objective-subjective reality. This choice is due to the rise of the dissemination of Agroecology in Pernambuco during the late 1990s. We aim to prove that the agroecological practices carried out by traditional people in the aforementioned mesoregion help the process of valuing traditional popular knowledge, as an agent transforming reality in the country. Qualitative-based methodologies were used, such as participatory research and knowledge dialogue. Finally, in the agroecological Brejense territories, biological diversity is linked to sociocultural diversity in the building of more symmetrical and proportional society-nature relationships to achieve better living conditions.

Keywords: Traditional knowledge; Southern Epistemology; Traditional Territories; Pernambuco.

El saber tradicional como episteme popular pernambucana

RESUMEN
En este ensayo, discutimos como los conocimientos de los pueblos campesinos tradicionales aportan respuestas a la búsqueda de formas de vida menos degradantes para la naturaleza. Este reconocimiento es parte del proceso de descolonización del conocimiento/pensamiento. Al observar los conocimientos ancestrales, podemos comprender las relaciones entre los pueblos campesinos tradicionales y la naturaleza. En este proceso, se tiene en cuenta la percepción, la creatividad y la sensibilidad para afrontar las más diversas condiciones fisiográficas. Nos interesa estudiar el espacio agrario de Brejo da Madre de Deus - PE, buscando comprender el proceso de territorialización de la Agroecología y correlacionar los supuestos teórico-metodológicos con la realidad objetivo-subjetiva. Esta elección se debe al impulso para la difusión de la Agroecología en Pernambuco ocurrido a finales de los años 1990. Pretendemos demostrar que las prácticas agroecológicas llevadas a cabo por campesinos de la citada mesorregión coadyuvan en un proceso de valorización de los saberes populares tradicionales, como agente transformador de la realidad en los territorios campesinos. Se utilizaron metodologías de base cualitativa, como la investigación participativa y el diálogo de saberes. Finalmente, en los territorios campesinos agroecológicos brejenses, la diversidad biológica se vincula a la diversidad sociocultural en la construcción de relaciones sociedad-naturaleza más simétricas y proporcionales para lograr mejores condiciones de vida.

Palabras-clave: Saberes tradicionales; Epistemología del Sur; Territorios campesinos; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Este artigo advém de minha tese de doutorado, na qual abordei, com base em Toledo (2016), que os saberes dos povos tradicionais camponeses trazem respostas à busca por modos de vida menos degradantes da natureza. Esse reconhecimento faz parte do processo de descolonização do conhecimento/pensamento, contrário aos métodos difundidos pela educação positivista ocidental, que negam qualquer conhecimento não baseado nos princípios da racionalidade científica cartesiana.

Ao olharmos para os saberes-fazeres ancestrais, podemos compreender as relações existentes entre os povos camponeses tradicionais e a natureza. Nesse processo, são levados em consideração a percepção,

a criatividade e a sensibilidade para lidar com as mais diversas condições fisiográficas. A partir desse pensamento, surge ainda outra questão a ser levantada:os saberes utilizados para manejar a terra agroecologicamente não são estanques, eles vão se transformando e aperfeiçoando com o tempo.

Logo, as inovações dos conhecimentos surgem de acordo com cada realidade socioterritorial: elas podem decorrer da elaboração de formas para captar água, do consórcio entre várias espécies vegetais, da criação de animais soltos, da utilização de fertilizantes naturais, do cultivo de sementes crioulas ancestrais, da utilização de plantas medicinais, etc. Então, a partir do reconhecimento da sabedoria popular tradicional enquanto agente transformador social, pontuamos seu potencial de contribuição para a soberania alimentar e a conservação da diversidade ecológica e sociocultural.

Interessamo-nos pelo estudo do espaço agrário de Brejo da Madre de Deus - PE, buscando compreender o processo de territorialização da Agroecologia e correlacionar os pressupostos teórico-metodológicos com a realidade objetivo-subjetiva para o desencadeamento da pesquisa. Essa escolha deve-se ao impulsionamento ocorrido no final da década de 1990 para a disseminação da Agroecologia em Pernambuco. Essa "mobilização" em alerta sobre os riscos à saúde é à natureza provocados pela utilização de agrotóxicos nos territórios rurais partiu múltiplos sujeitos sociais, dentre os quais, mencionamos camponeses, engenheiros agrônomos, professores, representantes de organizações não governamentais, funcionários públicos, sindicalistas rurais e militantes..

À vista disso, realizamos um inventário sobre as resistências camponesas brejenses do agreste central pernambucano sob a ótica do movimento agroecológico, que auxiliou na construção e na continuidade dos territórios camponeses. Essa análise deu-se a partir da abordagem territorial multidimensional de Raffestin (1993), Haesbaert (2006) e Saquet (2015).

Ademais, vale destacarmos que a Geografia pernambucana contemporânea tem elegido preponderantemente produzir estudos na região metropolitana, na zona da mata e no sertão. Nesta pesquisa, o agreste de Pernambuco ganha visibilidade a partir da perspectiva geográfica para nos permitir compreender os processos que acarretaram na constituição das múltiplas territorialidades camponesas. Os territórios do agreste central de Pernambuco aqui trabalhados estão localizados no município de Brejo da Madre de Deus, onde encontramos agricultores agroecológicos vinculados à Associação dos Produtores Orgânicos Terra Fértil.

Em 2012, foi institucionalizada a Lei Municipal Nº 14.612/2012, de 03 de abril de 2012, que conferiu ao município de Brejo da Madre de Deus o título de Capital Agroecológica. Conforme a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (2005), os territórios de Amaro, Escorrego, Jaracatiá e Xéu estão localizados na região brejeira em um complexo montanhoso que contém as Serras: do Veado, do Amaro, do Estrago, do Jaracatiá, da Prata, do Ponto, entre outras que compõem essa região, que atinge altitudes maiores que 900 metros acima do nível do mar. Uma vez que os camponeses associados à Associação Terra Fértil exercem seus modos de vida nos territórios Amaro, Escorrego, Jaracatiá e Xéu, os territórios camponeses agroecológicos que adentramos nesta pesquisa constituem a área de brejos de altitude em Brejo da Madre de Deus – PE.

Temos como objetivo comprovar que as práticas agroecológicas realizadas pelos camponeses na mesorregião referida auxiliam em um processo de valorização do conhecimento popular tradicional, enquanto agente transformador da realidade sobre os territórios camponeses, além de configurar uma busca por melhores condições de vida para as famílias camponesas agroecológicas. Compreendemos por conhecimento popular tradicional os saberes que fundamentam as múltiplas formas de lidar com a natureza, passados de geração em geração, a partir da experiência e convivência nos territórios compartilhados/vivenciados.

Nesse âmbito, as territorialidades são componentes relevantes para a concepção e a manutenção desses conhecimentos no tempo e nos territórios camponeses. Ressaltamos a pertinência de abordarmos, nesta pesquisa, a Agroecologia desde seu caráter epistemológico, enquanto saber popular materializado nos territórios camponeses, como também a configuração do movimento agroecológico latino-americano, defendendo a ideia da Agroecologia como Ciência, Prática e Movimento Social.

Logo, torna-se cada vez mais relevante pensarmos outras racionalidades, advindas da multiplicidade e da multidimensionalidade territorial latino-americana. Ao considerarmos os aspectos socioculturais indissociáveis dos naturais, principalmente tratando-se da agricultura, propomos para o desenvolvimento desta pesquisa a abordagem do saber ambiental, questionando a objetividade da razão e trazendo a questão da subjetividade do conhecimento.

Partindo das múltiplas e diferentes relações existentes entre sociedade-natureza, Leff (2009) destaca que o conhecimento não se forma apenas nas relações de validação com a realidade externa e em uma justificação intersubjetiva do saber. Propõe, para além disso, a construção do saber como parte das

experiências dos sujeitos sociais no mundo, levando em consideração os elementos externos/internos e materiais/imateriais da realidade local.

As unidades produtivas camponesas são diferenciadas entre si de acordo com a fisiografia, saberes-fazeres familiares, estrutura organizacional, processo de ocupação e uso do território, como também de questões político-econômicas externas e até antecedentes a seu estabelecimento. Dessa relação com o exógeno, podemos considerar as políticas desenvolvimentistas para o campo e a questão agrária.

Assim, pontuamos que devemos considerar a questão agrária na análise da agricultura agroecológica camponesa, já que esse é um fator decisivo para diferenciar as formas de uso da terra e a dinâmica da agricultura.

Então, compreendemos a agroecologia exercida pelo campesinato brejense a partir de uma perspectiva não segregadora, considerando os aspectos (de naturais a políticos) que a envolvem. Aproximamo-nos da perspectiva agroecológica desenvolvida pelos estudos realizados na Universidade de Córdoba - Espanha, como o de Figueiredo (2010), por acreditarmos ser essencial para a compreensão da Agroecologia estabelecer relações entre a agricultura e a estrutura, conjuntura e questões culturais nas quais ela está inserida.

Nesta pesquisa, foi utilizada uma metodologia de base qualitativa abordada como pesquisa participante na perspectiva de Brandão; Borges (2007), contendo entrevistas semiestruturadas com os camponeses do agreste central pernambucano, estudadas a partir da análise do discurso de Bakhtin (2000). Também realizamos análise documental (fotografias, ofícios, documentos oficiais, dados estatísticos) e levantamento bibliográfico (livros, periódicos, teses e dissertações).

Para Mignolo (2003), o conhecimento científico convencional por muito tempo marginalizou os saberes-fazeres populares tradicionais. Dessa maneira, a partir do diálogo de saberes entre camponeses e pesquisadores, trazemos visibilidade às percepções e estratégias utilizadas pelo campesinato para reproduzir-se, como também ao seu conhecimento e processo criativo.

> Os camponeses que trabalham com sistemas de produção tradicionais têm conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade agrícola que manuseiam. É por essa razão que os agroecologistas opõem-se àquelas abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que as alimentam. (Altieri, 2009, p. 34).

Altieri (2009) valoriza o conhecimento dos povos camponeses em contraposição aos estudos que descaracterizam esses saberes, por não possuírem fundamentação científica. Ele propõe, assim, que para

avançarmos nos estudos da agroecologia, precisamos compreender as inter-relações existentes no manejo da natureza pelo campesinato.

Por isso, utilizamos a metodologia do diálogo de saberes segundo Hecht (1985), Altieri; Hecht (1989), Leff (2011), Altieri (1987), Tardin (2006) e Martinez-Torres; Rosset (2016), que propõem dar ênfase aos conhecimentos utilizados na relação camponeses-natureza. Por conseguinte, buscamos compreender as entrevistas considerando mais que sua materialidade linguística e significados literais das palavras, já que nem mesmo os sentidos são fixos.

Segundo a declaração do Foro Internacional de Agroecologia (2015), o avanço do capital no campo nos países latino-americanos, mais expressivamente a partir da década de 1970, traz consigo a degradação da natureza, a expropriação de comunidades camponesas, indígenas e tradicionais, a consolidação da subalternização dos conhecimentos ancestrais, a fome e a desolação. Em nome do mercado internacional, foram realizados acordos entre Estados que não favoreciam as populações, mas sim as grandes indústrias multinacionais produtoras de agrotóxicos, máquinas, fertilizantes químicos, assim como os laboratórios de biotecnologia, financiados por essas empresas.

A Agroecologia como resistência à lógica depreciativa vem com a esperança da construção de uma sociedade mais igualitária e um mundo menos poluído, onde todos os seres e componentes da natureza sejam respeitados. Segundo a abordagem de Peter Rosset (2017), os ingredientes para a territorialização da Agroecologia nos territórios camponeses são: organização e tecido-social organizativo; protagonismo camponês; discurso motivador e mobilizador; intercâmbio e diálogo de saberes; iniciativa das mulheres; criatividade e energia da juventude; construção intencional de processos territoriais, com metodologia social; canais de mercados diferenciados; políticas públicas horizontais e processos de formação, que retroalimentam todos os anteriores.

Pontuamos, portanto, que o protagonismo camponês desencadeia os processos de valorização e resgate de saberes, as estratégias de convencimento, a inovação e a socialização das práticas e dos conhecimentos, auxiliando na luta por autonomia e soberania alimentar, que serão materializadas nos territórios camponeses diante da territorialização do capital no campo.

Nesse contexto, "A Agroecologia sem a perspectiva da soberania alimentar é tecnicismo, enquanto a soberania alimentar sem Agroecologia não pode ser conquistada" (Camponesa Coreana, informação oral, VII Conferência Internacional da Via Campesina, Derio, País Basco, julho de 2017), de maneira que

observamos, de maneira clara, uma relação intrínseca entre Território Camponês-Agroecologia-Soberania Alimentar. A partir dessa tríade, é aspirada a construção de uma sociedade mais justa socialmente e ecologicamente, baseada no diálogo entre os povos, na multiplicidade das cosmovisões, na autonomia, na diversidade ecológica/sócio-cultural e no direito ao território.

Portanto, salientamos a preponderância dos territórios camponeses na configuração da estrutura agrária brejense, conforme foi explanado nos estudos de Macário (2001), como também segundo os relatos dos camponeses e as vivências nos trabalhos de campo. Todavia, é preciso salientar que tal predominância ocorre relativa à quantidade numérica (unidades de produção) e não em dimensão por hectare (m^2).

Logo, apesar das divergências e contradições, as relações com a natureza, sociais, culturais e de trabalho próprias da ética camponesa se sobressaem nos Brejos de Altitude de Pernambuco. Temos como exemplo dessa ética a divisão social do trabalho fundamentada nas questões de gênero e geracionais das famílias, que está presente nos territórios camponeses brejenses.

Outra questão que emerge nos territórios estudados, contextualizando com Shanin (1983), são os processos de repartimento da terra, gerados pelo aumento das famílias camponesas, que ocorrem por meio da repartição das unidades produtivas entre os membros familiares após os casamentos. Essa relevante contribuição nos traz o olhar sobre a heterogeneidade camponesa, pontuando que para compreender esta classe, precisamos averiguar suas regularidades, assim como as peculiaridades existentes no espaço-tempo.

> Lo que permaneció igual, o al menos sin cambio apreciable, fue el sistema tradicional de unidades domésticas campesinas y comunas, los modelos típicos de diferenciación campesina y las características peculiares de su dinámica, todo lo cual se traducía en una continuidad de la movilidad multidireccional y cíclica (Shanin, 1983, p. 224).

Então, segundo o autor, as mudanças substantivas (fusão, partição, emigração e extinção) fazem parte do modo de vida camponês. A fusão e a partição das unidades produtivas se dão pelos casamentos e/ou acordos entre famílias camponesas, legitimados pelo direito consuetudinário do campesinato. Já a emigração dos sujeitos sociais e a extinção das unidades ocorrem devido aos conflitos internos e externos (busca por melhores condições de vida, desemprego, disseminação dos ideais urbanos, questão de gênero, disputa de poder). Pontuamos, assim, a multiplicidade relacional que envolve o campesinato como uma forma de compreender esta classe na contemporaneidade.

> Por outro lado, o campo passa a comportar novas ruralidades criadas, entre outros, a partir do uso do espaço rural para atividades recreacionais e turísticas, e pela valorização do potencial das populações rurais para contribuir para o desenvolvimento de formas

> sustentáveis de manejo da natureza e conservação do meio ambiente - a proposta da agroecologia nasce neste contexto. Também são engendradas novas formas de resistência e de luta (Marques, 2008, p.56).

Marques (2008) destaca que, atualmente, foram revigoradas e incorporadas estratégias camponesas que desafiam a globalização neoliberal, pois fazem parte da proposta de manutenção e disseminação do modo de vida camponês, atreladas às lutas socioambientais desde várias escalas (local, regional, nacional, internacional). O manejo da terra sem agrotóxicos, a utilização de sementes crioulas, a criação de animais soltos, a comercialização direta, o beneficiamento de alimentos, o turismo rural, entre outros, fazem parte dessas estratégias. Estas reconfiguram as relações sociais a partir da luta pelo território.

Em confluência, Solá Pérez (2016) aborda a questão territorial como uma questão diretamente relacionada à reprodução da vida, a partir de lógicas específicas do saber-fazer das diferentes comunidades. Nesse sentido, toda a dinâmica de configuração estabelecida sobre o território parte do objetivo de reproduzir-se enquanto sujeitos sociais com seus respectivos modos de vida, respaldados pelo conhecimento popular tradicional e pelo pertencimento territorial. Portanto, as estratégias camponesas resistem ao parâmetro moderno-colonial enquanto modo de vida e projetam a conquista da soberania alimentar pela via comunitária, contrapondo-se às ideias de individualidade, competitividade e verticalidade hierárquica, intrínsecas à lógica capitalista.

O CONHECIMENTO POPULAR TRADICIONAL EM PERNAMBUCO: uma epistemologia do Sul a partir da história oral

Neste tópico, trataremos dos saberes tradicionais camponeses que levaram à territorialização da Agroecologia em Brejo da Madre de Deus – PE. Como já abordamos anteriormente, esse processo partiu das articulações entre diversos sujeitos sociais. O conhecimento do povo camponês referente ao convívio com a natureza e passado através das gerações, articula-se com o conhecimento técnico-científico, moldando os territórios camponeses agroecológicos brejenses.

O alicerce desses territórios é a tríade Modo de vida/Saber-fazer/Articulação. Então, a territorialidade está atrelada ao modo de vida camponês, enquanto o conhecimento popular tradicional interdepende da práxis concretizada no modo de vida. Já a articulação, remete ao movimento de pessoas, à circulação de alimentos e às trocas de saberes/experiências.

Ademais, pontuamos a questão agrária enquanto elemento fundamental para a territorialização da Agroecologia nos Brejos de Altitude. Segundo Andrade (1967), observa-se, no agreste, uma concentração fundiária menos expressiva que no litoral e na zona da mata pernambucana, embora ainda seja preponderante nos municípios nos quais prevalece a atividade pecuária. No entanto, vale ressaltar o fato de os cafezais terem se estendido por grandes, médias e pequenas propriedades.

Contudo, essas últimas constituíram-se como resultado da divisão das grandes e médias propriedades em consequência do regime sucessório, abrangendo encostas e chãs. Então, sob essa estrutura agrária, foi sendo ocupada a região brejeira do agreste de Pernambuco. Anteriormente, os territórios camponeses agroecológicos brejenses pertenciam ao latifundiário criador de gado Orestes Rodrigues de Freitas, que foi prefeito de Brejo da Madre de Deus em 1959. Após sua morte, as terras foram divididas entre seus dois filhos, que continuaram criando gado, porém também arrendavam alguns lotes às famílias camponesas (IBGE, 2017).

Por conseguinte, após certo período, as terras foram vendidas para os arrendatários ou para os pequenos/médios agricultores locais. Com a constituição de múltiplos territórios camponeses, tornou-se possível estabelecer a agrobiodiversidade brejense. Assim, nesses territórios, encontramos plantas endêmicas dos brejos de altitude (bromélias, floresta subcaducifólia, floresta caducifólia, caatinga hipoxerófila e floresta subperenifólia), lavouras permanentes e temporárias (pomar, horta, milho, macaxeira, feijão, jerimum, entre outras), plantas medicinais, além da criação de animais (gado, caprinos, galinhas, ovinos, equinos).

À vista disso, foi abordada, durante trabalho de campo, a utilização das plantas medicinais enquanto saber tradicional — plantas como o umbuzeiro, a catinga de porco, o pinhão roxo, a coroa de frade, o mentruz, a babosa, o murici, a jurubeba, o cajueiro, a mangueira, a aroeira, o mandacaru, o juazeiro, a hortelã, o facheiro, o assafraz, o mentrasto (*Ageratum conyzoides L.*), a arruda (*Ruta graveolens*), entre outras:

> *Temos a aroeira muito usada no cozimento do entre casca para dores de garganta, o jucá ou pau-ferro com para as moléstias do pulmão, o assafraz, cabeça de negro, parreira brava, japecanga, o ingazeiro, jaboticabeira, o umbuzeiro, a catinga de porco usamo as folhas para dor de cabeça e tonteiras, ainda a gente tem o mulungu, o mandacaru, o marmeleiro, o velame do campo e o barbatenão* (G. Camponesa Agroecológica Brejense, Agreste Pernambucano, 2018).

A partir do conhecimento tradicional dessas plantas, são preparados chás e raizadas para enfermidades como dor de cabeça, tosse, inflamações, pós-parto, entre outras. Por exemplo, a cabeça de negro (*Annona cherimola*) é utilizada como depurativo energético; já a jurureba (*Solanum paniculatum*), serve para problemas no baço e fígado, a catinga de porco (*Cenostigma pyramidale*) auxilia no tratamento de infecções catarrais e diarréias, o assafraz (Ocotea odorífera) combate o reumatismo, a aroeira (*Schinus terebinthifolius*) é usada externamente para doenças de pele, lavagens e banhos de assento (ginecológicos), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) é utilizado no tratamento de diarréias e no controle de verminose, contendo grande potencial antioxidante.

Verificamos, então, que o discurso relacionado à saúde dos povos camponeses brejenses está estruturado de acordo com a condição da territorialidade. A partir desta, são construídos, vivenciados, experimentados e comprovados os conhecimentos sobre o potencial medicinal das plantas e raízes existentes em seus territórios. Logo, as experiências materiais e imateriais ao longo dos anos, assim como os silêncios, fazem parte dos elementos que auxiliam na concepção desses conhecimentos populares camponeses.

Sobre as plantas medicinais, podemos também destacar o uso do mandacaru (*Cereus jamacaru*), que alivia as infecções pulmonares e da bexiga, além de diminuir a retenção de líquidos. Já o mentruz (*Dysphania ambrosioides*), tem propriedades cicatrizantes, vermífugas e antibióticas. Por fim, o pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*) tem ação antisséptica e purgativa: "*Com o pinhão roxo a gente canta a tradição de descarrego e proteção, com os galhos de pinhão roxo nas mãos rezamos contra o mau olhado*" (G. Camponesa Agroecológica Brejense, Agreste Pernambucano, 2018).

De maneira que destacamos a utilização do pinhão roxo no agreste pernambucano enquanto parte da sabedoria camponesa para lidar com doenças físicas e espirituais. Quando é dito "[...] *rezamos contra o mau olhado*", faz-se uma referência aos malefícios gerados pela inveja e pela avareza. Nesse contexto, o descarrego possui uma multiplicidade de sentidos atrelados à unicidade entre corpo-essência imaterial-natureza.

Logo, a partir do conhecimento popular camponês, as questões relacionadas à saúde humana e ambiental fazem parte de um modo de vida que não separa a espiritualidade da vida cotidiana. Então, torna-se importante destacarmos as diferenças entre esse discurso e o próprio da saúde, pois para a medicina moderna-ocidental, o corpo humano é abordado de forma separada, e não holística.

Já de acordo com o saber camponês brejense, a saúde da natureza está vinculada à saúde do corpo e da mente, e as próprias territorialidades são usadas enquanto base para estabelecer processos terapêuticos no tratamento de doenças. Ressaltamos, novamente, que, em Brejo da Madre de Deus, a utilização do pinhão roxo incorpora a ideia da medicina tradicional ao misticismo camponês brejeiro.

Portanto, a cosmologia camponesa brejense se materializa no manejo tradicional e ecológico da natureza, em respeito ao que é ser camponês correlacionado com a não existência da dicotomia primeira e segunda natureza proposta por Kant (1999). Porém, é importante retratar que entendemos por cosmologia um conjunto de fundamentos sobre as relações materiais/simbólicas entre os seres e a natureza, além das percepções sobre a realidade vivenciada nos territórios.

Pontuamos a multiplicidade de usos da natureza pelos camponeses agroecológicos brejenses, desde o manejo agroecológico da terra interligado à conservação da agrobiodiversidade, até a realização de práticas culturais tradicionais próprias do modo de vida camponês.

Todavia, não podemos esquecer que apesar da dualidade existente entre a medicina tradicional camponesa e a medicina moderna-ocidental, os povos camponeses utilizam os dois conhecimentos, configurando a materialização da multiplicidade de estratégias para alcançar o bem-estar, a autonomia e a soberania alimentar. Pois negar o outro faz parte da racionalidade moderno-colonial, divergindo da multidimensionalidade encontrada nos territórios camponeses da América Latina.

A partir dessas reflexões, destacamos a importância de mapear essa multidimensionalidade territorial que emerge das territorialidades do campesinato brasileiro. Assim, confrontamos o mapeamento do território unidimensional, pauta da modernidade que foi possibilitada pelo pensamento espacial ligado ao desenvolvimento cartográfico, e aderimos a outro paradigma para mapear os territórios.

Segundo Pakkasvirta (2003), juntamente com a Cartografia, vinha o conhecimento especializado das nações e das colônias. Essa circunstância trouxe a real dimensão desses territórios, proporcionando a concepção de ideias como o continentalismo enquanto produto do colonialismo europeu. “Antes de la conquista no había nada, ni podía existir, en América o en ningún otro continente, algo que pudiéramos llamar ‘sentido continental’ o continentalismo” (Pakkasvirta, 2003, p. 151).

Então, a partir da Cartografia moderna, há a possibilidade de ampliar nossa visão para além do ponto de vista colonialista, com a confecção de mapas em escalas continentais. Porém, pontuamos que os mapas institucionalizados das nações não são estáticos. À vista disso, inicialmente, a construção da identidade

continental fazia parte de um processo moderno-colonial impulsionado pelo imperialismo, que se serviu e estimulou o desenvolvimento dos estudos cartográficos.

Ideias como o Pan-americanismo e o Latino-americanismo emergiram desse contexto, apesar de, no século XXI, a segunda ideia estar cada vez mais atrelada às territorialidades dos povos da América Latina. Por isso, é relevante mapearmos os territórios materiais/imateriais que nos mapas oficiais compõem um território unidimensional quando, na verdade, se contrapõem. Por todos esses fatores, a partir da constituição do federalismo enquanto sistema político, foi possível dar forma e fortalecer os territórios nacionais dos designados Brasil, México, Argentina, Venezuela e Colômbia, por exemplo.

"El proceso empieza siempre con un poder político central sobre un territorio y su población, porque cualquier proceso de nacionalización posible sólo puede ocurrir en un espacio dado, a lo largo de un prolongado período de tiempo" (Quijano, 2003, p. 227). Assim, na América Latina, a ideia de nação surge como pauta burguesa moderna-colonial, fundamentada na homogeneização da sociedade enquanto perspectiva para a nacionalização dos territórios. Destacamos que para a materialização do projeto nacional, foram refutadas todas as territorialidades preexistentes. Logo, a questão nacional se opõe às questões indígenas, do campesinato e das comunidades tradicionais. Essa centralização de poder torna-se uma condição essencial para a manutenção da exclusão política e social dos povos indígenas/camponeses, auxiliando na perpetuação da colonialidade do poder, tendo em vista que prossegue a lógica das classes hegemônicas obterem o poder institucional.

Portanto, as políticas desenvolvimentistas estão arraigadas à estrutura moderna-colonial do estado-nação, que prioriza a construção de mega-projetos (políticos, econômicos, ideológicos e socioculturais) em detrimento do respeito à multidimensionalidade territorial e identitária.

Nessa conjuntura, os jogos de poder ocorrem de forma multifacetada em um conflito iminente entre unidade 'homogênea' e singularidade diversa para a definição e demarcação dos territórios. Ressaltamos, neste ponto, a perspectiva de uma Cartografia que proceda dos sujeitos e retrate seus territórios a partir de uma abordagem multiescalar anti-imperialista, confrontando com a Cartografia positivista, manejada de forma utilitarista pelos estados-nações durante o decurso do projeto moderno-colonial para homogeneizar territorialmente e etnicamente a denominada América Latina.

Em contraponto, verificaremos no mapa 1.0 a multidimensionalidade territorial existente dentro do território nacional. O território camponês agroecológico brejense é composto a partir de uma multiplicidade

de manejos colocada em prática de acordo com o tempo-território, pois a configuração desse território camponês emerge desde meados do século XIX e, com o passar das gerações, os saberes-fazeres foram mantidos e renovados.

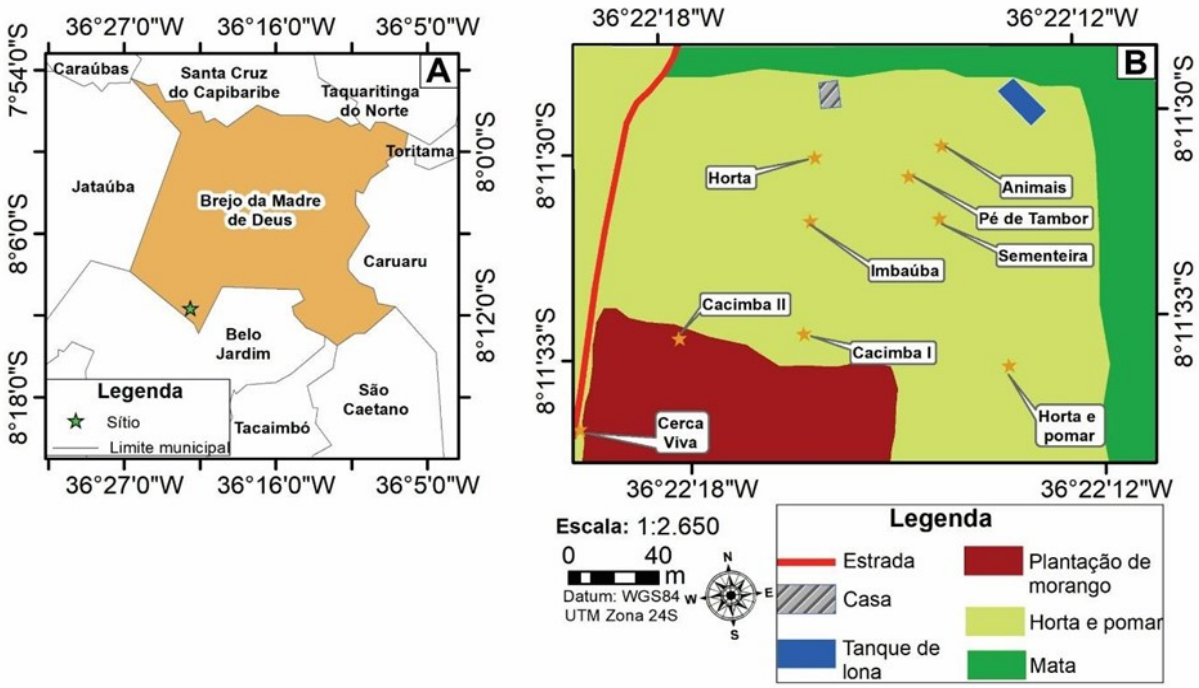
Averiguamos, também, um divergente arranjo territorial camponês em relação ao ordenamento territorial proposto pelo estado, que se fundamenta no desenvolvimento do território através do agronegócio, da produção de commodities e da utilização de agrotóxicos. Como exemplo, podemos pensar no plantio do morango: a produção de morango é materializada a partir da sazonalidade. Durante a época do verão, enquanto forem colhidos os morangos, serão plantadas outras espécies, como feijão, macaxeira, entre outras. Além desse, há outros exemplos: a plantação de banana advém da variedade prata crioula pertencente à família há mais de um século. Tal divergência apenas ratifica a não homogeneização do território-nação e a multidimensionalidade dos territórios latino-americanos.

Entretanto, pontuamos que, apesar dessas diferenciações, os territórios camponeses agroecológicos brejenses mapeados não podem ser considerados territórios autônomos. Isso porque estabelecem uma relação socioeconômica com os agentes que regem os aparelhos do estado-nação. Mapeamos territórios camponeses agroecológicos brejenses, que se destacam pela produção de morango agroecológico/orgânico no agreste pernambucano.

Segundo Sales (1982), o cultivo de verduras e legumes no brejo pernambucano não faz parte do modo de vida camponês tradicional brejense, sendo uma produção mais recente, integrada à política de modernização da agricultura. Pois, até a década de 1980, prevalecia no Brejo a agricultura de sequeiro, com os cultivos de mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, café, manga, acerola, banana, laranja, entre outros. Logo, verificamos que a produção tradicional camponesa brejense era essencialmente diversificada e cultivada sem agrotóxicos. Observamos, então, a influência da política desenvolvimentista do Estado brasileiro no arranjo produtivo dos territórios camponeses brejenses.

Todavia, o estabelecimento do movimento agroecológico na América Latina utilizou a incorporação de hortaliças na produção tradicional camponesa como um elemento a mais para complementar a dieta dos povos camponeses, auxiliando no processo de conquista da soberania e da segurança alimentar, além de possibilitar o aumento da renda familiar, com o escoamento da produção e a integração das técnicas de irrigação (microaspersão, gotejamento) ao modo de vida camponês brejense. Portanto, podemos verificar no mapa 1.0, a seguir, uma configuração territorial multidimensional:

Mapa 1.0: Território camponês agroecológico brejense. Xéu, Brejo da Madre de Deus - PE.



Fonte: IBGE, Área territorial oficial. Consulta por Unidade da Federação. República Federativa do Brasil: IBGE [2019]. Coordenadas Geográficas coletadas in loco por GPS. ArcGIS 10.3. Organizado por: Autores, 2020.

Nesse território camponês, destacamos duas árvores: a imbaúba e o pé-de-tambor enquanto vegetação endêmica brejeira, que compõem e marcam o arranjo da unidade produtiva. Assinalamos que a mata é um elemento importante dentro desse agroecossistema, assim como a utilização da cerca-viva e a confecção das cacimbas para retenção da água advinda da nascente. Por fim, a criação de animais oferece maior potencial endógeno para esse território camponês.

Pretendemos, com esse mapeamento, dar visibilidade à multiplicidade dos territórios, pontuando a territorialização para além de sua institucionalização territorial oficial. Esperamos contribuir, dessa forma, para a valorização de um lócus de enunciação próprio da América Latina, pois o conhecimento agroecológico advém justamente da apreensão dos saberes populares tradicionais para lidar e manejar a natureza, durante séculos marginalizados e ocultados dentro da ciência fundada no positivismo lógico. A representação dos usos da natureza foi cartografada a partir da perspectiva descolonial trazida por Mignolo (2012), onde foram georreferenciados os elementos do agroecossistema que compõem os territórios camponeses agroecológicos brejenses de acordo com seu uso pelo campesinato. Esse mapa abarca a

temática da utilização da natureza como um bem, contrapondo-se à lógica desenvolvimentista capitalista que a vê como um recurso.

Então, averiguamos que, manejando a terra agroecologicamente, a biodiversidade ecossistêmica foi restaurada nesse território camponês brejense, possibilitando aos camponeses desde o manejo integrado, até a opção de não recorrerem mais à utilização de biofertilizantes. Porém, foi ressaltado que para a produção do morango, é necessário aplicar os biofertilizantes cama de galinha e o eme (M).

Por conseguinte, nos agroecossistemas brejenses, o manejo integrado de pragas (MIP) se dá através das seguintes estratégias: controle cultural (rotação de culturas, pousio, eliminar soqueiras, rebrotas e tigueras); controle biológico (preservação dos inimigos 'naturais' nas matas); controle comportamental (uso de armadilhas e plantas repelentes); controle varietal (cultivo de variedades resistentes aos insetos); controle biológico (uso de biofertilizantes).

Todavia, é importante destacar que o controle varietal depende do estabelecimento da agrobiodiversidade. Por exemplo, o cultivo consorciado de manjericão e tomate tem um grande potencial, pois as duas espécies gostam de sol e de bastante água, além de o aroma do manjericão afastar pragas e insetos do tomate, propiciando, assim, o equilíbrio ecológico e produtivo no território camponês agroecológico brejense. "*Essa terra da gente, a gente tá muito satisfeito com a produção, satisfeito de verdade. Tá satisfatório, né.*" (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Já na foto 1.0, visualizamos a utilização do trator para arar a terra, como também a instalação de canos para irrigação. Logo, podemos pontuar que esses camponeses estão utilizando tecnologia da agricultura industrial para otimizar sua produção agroecológica e facilitar seu trabalho, sendo esta uma característica recorrente no campesinato contemporâneo latino-americano.

Foto 1.0: Camponeses arando a terra, território camponês agroecológico brejense.

Fonte: Autores, Xéu, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019.

Anteriormente, o arado era feito por tração animal (jumento e boi), tornando o processo mais longo e cansativo, tanto para os animais quanto para os camponeses. Mas com a criatividade, a criação de tecnologias sociais e as constantes fusões entre conhecimento/técnica - tradicional/moderno, o território camponês brejense vai se reinventando e se fortificando enquanto resistência ao modelo hegemônico moderno-colonial. Todavia, ratificamos que os saberes-fazeres camponeses podem ser tanto modernos quanto tradicionais, pois estão em contínua transformação/renovação no tempo-território.

> *É porque a família da gente todinha é de agricultor né, aí as condições financeira era muito pouca, aí nós não plantava essas coisas trabalhava mais nas roça dos outro, cenoura, beterraba nos outros, nós trabalhava mais para os outros. Nós da gente fazia mais um roçado, plantava uma macaxeira, as condições da gente era pouca. Nós arrendemos essa terra a Jorge de Oreste por oito ano, era uma pessoa que gostava muito de dinheiro, aí viu a gente com uma motinha, aí ele falou pra arrendar mais oito ano, aí nós deu a motinha, ficou de pés. Nós arrendemos por 16 anos. No dia que a gente comprou foi 14 mil só, graças a Deus. Aí tinha um anjo que ajudou a gente e emprestou dinheiro a gente e a gente conseguiu comprar. Algumas pessoas já passou pra comprar mais não vende não é nosso, é um tesouro. E falou mais de comprá quando agente fez análise da água, deu 98% mineral. Aí algumas pessoas quando fez a análise que tava perto da gente, vamo fazê uma água mineral? Que não sei o quê... Aí eu disse não, oxi quando forem fazer a estrutura vão acabar a minha terra, quero nada. Quero não, vivo muito bem assim, antes eu vivia na terra dos outros, fui botada pra fora várias vezes eu e meu filhote. Agora que eu tenho meu tesouro todo mundo quer, não. Eu sei que graças a Deus a gente tem esse tesouro, que eu acho um tesouro. Aqui não é só um valor do dinheiro, é valor sentimental. Algumas pessoas às vezes até critica, porque coisa de sentimental, vocês vão logo pro*

> *sentimental. Com certeza!* (A. Camponesa agroecológica brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

A partir da fala dessa camponesa, averiguamos a importância material e imaterial da terra conquistada, configurando, assim, um território camponês agroecológico brejense. Porém, apesar de toda a sua família ser composta por camponeses, não possuíam a posse da terra, e trabalhavam como diaristas nas lavouras de cenoura e beterraba, posteriormente trabalhando na terra como arrendatários.

Por conseguinte, após alguns anos arrendando a terra, conseguiram comprá-la através de um primo e do empréstimo de um amigo. Lamentavelmente, a concentração fundiária no agreste pernambucano, atrelada a jogos de poder político-econômico, foram o pano de fundo que dificultou a obtenção dos meios de produção para essa família camponesa brejense.

Porém, a questão agrária arraigada aos padrões do coronelismo foi perdendo força em Brejo da Madre de Deus, proporcionando o fortalecimento dos territórios camponeses brejenses preexistentes, como também possibilitando a composição de outros territórios camponeses. Portanto, quando é falado: "[...] *Vamo fazê uma água mineral? Que não sei o quê... Aí eu disse não, oxi quando forem fazer a estrutura vão acabar a minha terra, quero nada* [...]", podemos compreender o valor de uso do território e a configuração da territorialidade. Logo, tanto a terra quanto a água não são vistas como recurso; para essa camponesa entrevistada, o lucro não é o seu maior propósito, divergindo da lógica do agronegócio.

À vista disso, desde sua vivência no território conquistado, as questões sentimentais, o cuidado com a natureza, as experiências e experimentações com o agroecossistema prevalecem enquanto componentes essenciais para consolidação desse território camponês brejense. Ademais, durante os trabalhos de campo, verificamos uma preferência dos camponeses brejenses pelas espécies tradicionais/crioulas: *"A nossa banana prata é mais saborosa, que está na nossa família há muitos anos. Assim você planta e vai replantando, replantando e por aí vai passando de anos e mais anos, de geração em geração."* (M. camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Então, pontuamos a valorização do alimento regional conduzindo à conservação da biodiversidade, bem como a uma alimentação que respeita as particularidades dos territórios/agroecossistemas e o tempo das colheitas. Por conseguinte, verificamos uma alta variedade de alimentos produzidos em um território camponês agroecológico brejense.

Conforme observamos em campo, na unidade produtiva agroecológica dos camponeses C. e A., são cultivadas cinquenta e cinco (55) variedades de alimentos ao longo de 10 hectares de terra, juntamente com as espécies nativas e exóticas Craibeira (*Tabebuia aurea*), Ipê-roxo (*Tabebuia avellanedae*), Paricá (*shizolobium amazonicum*), Imbaúba (*Cecropia obtusifolia*), Pau-de-tambor (*Schizolobium parahyba*), entre outras. Além do plantio de capim (gramínea), de sabiá sem espinho (arbórea), de bambu e da cana-de-açúcar (herbáceas), assim totalizando mais de 100 espécies vegetais nesse território agroecológico brejense.

Podemos observar na foto 2.0 a semente crioula do *feijão bage roxa*. Logo, ressaltamos o fato de o *feijão bage roxa* e o *milho do sabugo fino* serem sementes crioulas que estão na família há mais de trinta anos enquanto materialização da conservação da natureza atrelada ao conhecimento tradicional camponês para guardar sementes.

Foto 2.0: Semente crioula de feijão bage roxa, Brejo da Madre de Deus – PE.

Fonte: Autores, Território camponês agroecológico brejense, Xéu, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019.

Então, na foto 2.0, averiguamos o cuidado em manter um alimento tradicional de importante valor sentimental para a família camponesa entrevistada. Por conseguinte, ressaltamos que o cultivo dessa semente crioula está interligado à história e à cultura do povo brejense, assim como à questão nutricional regional e ao ecossistema brejo de altitude. Observamos, também, que a alimentação dos povos varia de acordo com as particularidades de cada território, então a conservação de sementes tradicionais é um processo de resistência contra a homogeneização das dietas alimentares proposta pelo projeto desenvolvimentista moderno-colonial.

> *O milho e o feijão eu trouxe aqui pra dentro já com o conhecimento da minha família. Tem semente de milho que tem mais de trinta ano que a gente tem e feijão. O* ***feijão bage roxa*** *tem a vagem roxa mermo e o* ***milho do sabugo fino****, esse milho o sabugo dele é fino mesmo e grão dele já é um pouco graúdo. Esse milho e esse feijão já acompanha a família há geração, porque esse milho e esse feijão a origem dele começou em campo novo, Belo Jardim, meus avós já são todos falecidos, meu pai tem 87 ano, então já tá há um bocado de dia esse milho e esse feijão na família, é uma* ***herança.*** *Mas esse milho e esse feijão é mais pra o consumo da família, até porque esse milho e esse feijão não é valorizado no mercado.* (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, 2019. Grifo nosso).

Portanto, como podemos verificar na fala do camponês entrevistado, as sementes crioulas de *milho do sabugo fino* e *feijão bage roxa* compõem uma tradição familiar secular, já que seus avós plantavam as sementes no início do século XX e as passaram para o seu pai. Tais sementes estão na família no mínimo há três gerações enquanto símbolo da resistência e da sabedoria tradicional camponesa. Outro elemento relevante é que a produção desses alimentos é essencialmente para o consumo familiar, pois tanto o *milho do sabugo fino* quanto o *feijão bage roxa* não possuem valor de troca.

Essa questão ressalta o *corpus* contido no modo de vida camponês. Afinal, a sua produção não é determinada exclusivamente pelas demandas do mercado. Logo, quando o camponês disse: "*Mas esse milho e esse feijão é mais pra o consumo da família, até porque esse milho e esse feijão não é valorizado no mercado*", ele reforça que cultiva alimentos e não mercadorias. Portanto, essas sementes crioulas são consideradas uma herança familiar e seu cultivo possui um valor de uso, além de remeter ao referencial simbólico dessa família camponesa.

Outro ponto relevante sobre essa espécie de milho criolo é a preparação do cuscuz ralado no ralo. Manualmente e com práticas tradicionais, é produzido cuscuz de *milho do sabugo fino* ralado no ralo para o consumo da família. Assim, averiguamos uma relação simbólica entre esse alimento e uma tradição familiar: *"Você já comeu cuscuz ralado no ralo? É o melhor cuscuz!"*. (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Ao compreender a importância das espécies crioulas, em 2019, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brejo da Madre de Deus criou um projeto cujo objetivo era a recuperação do milho criolo, e muitos camponeses brejenses aceitaram bem a ideia, plantando esse milho em seus territórios. Infelizmente, a maioria ainda cultiva o milho híbrido, mas tal iniciativa é de grande importância para o gradativo restabelecimento do manejo tradicional e para a recuperação da agrobiodiversidade brejeira.

Já com relação aos animais, nas terras dessa família, são criados uma vaca leiteira, um bezerro, um boi, ovelhas, carneiros, um jumento, galinhas, um galo, peixes tilápia para consumo familiar, dois peixes carpa de estimação e quatro cachorros — além do convívio com espécies provenientes da fauna brejeira, que vivem nas matas em torno do agroecossistema. Os peixes se alimentam da matéria orgânica existente no fundo do tanque de lona, que foi construído há mais de 10 anos. E os demais animais vivem em um cercado, conforme averiguamos *in loco*.

Observamos também *in loco* um tonel com o biofertilizante "cama de galinha" entre as bananeiras e ao fundo uma compostagem. Ademais, vale ressaltar uma planta nativa entre as bananeiras, o pé-de-tambor (guapuruvu). Assim, podemos verificar a agrobiodiversidade relacionada aos conhecimentos tradicional e técnico-científico, a partir dos camponeses experimentadores. À vista disso, também foi relatada a preferência pelo composto aeróbico, porque não necessita de muito monitoramento. Porém, há uma pretensão de realizar uma coberta para a elaboração da compostagem anaeróbica, e assim obter composto seco durante o inverno.

Quando a camponesa diz "[...] *e planta no leirão*", ela refere-se ao canteiro onde são plantadas as sementes. Estas podem ser armazenadas nas garrafas pet, irem para a sementeira (estufa) ou serem compradas nas casas agrícolas. Como podemos ver, o discurso desse campesinato brejense fusiona palavras da língua coloquial (leirão) com palavras da linguagem formal (anaeróbico).

Esse aspecto ressalta o quanto o camponês brejense contemporâneo está se reinventando no tempo e no espaço enquanto estratégia para manutenção e fortalecimento do seu modo de vida. Tal recriação representa melhorias sociais, econômicas e laborais na vida do campesinato agroecológico brejense, além de promover a conquista da soberania alimentar.

Portanto, pontuamos como a linguagem é relevante na apreensão da recriação camponesa: a geração do pai da entrevistada talvez não realizasse uma diferenciação de compostagem utilizando os termos aeróbico e anaeróbico. Desde o discurso vinculado ao saber-fazer, averiguamos a consolidação dos territórios camponeses agroecológicos em Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.

Por conseguinte, destacamos a sabedoria tradicional camponesa materializada nas seguintes práticas: guardar sementes crioulas; criar animais; rotação de culturas; utilizar estrume; manuseio da terra com as mãos, enxada e boi; conhecimento sobre as propriedades/benefícios/malefícios das plantas nativas e exóticas contidas em seu território.

A partir desses saberes-fazeres agregados a técnicas como a compostagem, as armadilhas biológicas, a adubação verde, a produção de biofertilizantes, a construção de cercas vivas, a utilização de trator, entre outras, os camponeses agroecológicos brejenses vão fortificando seus territórios, suas histórias, seus modos de vida. Esse híbrido entre tradicional e moderno compõe os processos de resistência camponesa na América Latina.

> Sempre tem coisas da nossa infância, que eles usavam e a gente usa. Mais hoje a gente vai mais pelo aquele lado da preservação, na época deles não falavam disso né. O jeito deles trabalhar era diferente, a gente tira a parte da preservação mais a gente também tem aquela parte deles de querer manter as coisas deles também, até a parte das sementes é que a gente traz dele. A parte das sementes é muito importante pra gente, as sementes crioulas, essa parte a gente mantém deles. Tem muitas coisas que se mistura né, porque sem o passado não há futuro, pra gente isso é importante o passado deles e ainda hoje eu pergunto coisas ao meu pai, a gente tem dúvida vai lá e pergunta a ele. Pra muitos jovem o livro é muito importante, já teve fez aqui da gente fazer uma pergunta pro técnico e ele responde tecnicamente e quando a gente olha tu viu isso aonde? Não porque em tal livro e não sei quê... E quando vai pra terra é diferente infelizmente. Não tô menosprezando os técnico mais precisamos sempre do cházinho da avó (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Na fala desse camponês, fica claro o resgate dos conhecimentos ancestrais de sua família para o cultivo da terra e o armazenamento de sementes, porém a utilização desses saberes não ocorre de forma estagnada e purista. Então, quando é falado: "*Não porque em tal livro e não sei quê... E quando vai pra terra é diferente infelizmente. Não tô menosprezando os técnico mas precisamos sempre do cházinho da avó.*" é ressaltada a importância dos saberes-fazeres tradicionais camponeses.

É verdade que algumas técnicas funcionam muito bem nos livros, mas, quando são executadas, não dão o resultado esperado devido à heterogeneidade e às especificidades de cada agroecossistema. Assim, é através de um diálogo com o conhecimento técnico-científico, e não de uma sobreposição, que os camponeses agroecológicos brejenses vêm compondo táticas de manejo adaptadas aos seus territórios.

Portanto, quando foi dito: "*Tem muitas coisas que se mistura né, porque sem o passado não há futuro* [...]", averiguamos quanto a manutenção do modo de vida camponês favorece o estabelecimento de inovações, experimentações e convergências entre vários sujeitos sociais; tais elementos configuram as experiências agroecológicas latino-americanas.

Além disso, ressaltamos que, para o camponês entrevistado, a palavra "preservação" está profundamente ligada ao convívio com a natureza. Contudo, verificamos como algumas práticas

tradicionais de conservação da natureza (uso de sementes crioulas, ausência de agrotóxicos, pousio, entre outras) não pertencem necessariamente à lógica do discurso ambiental emergente nos últimos 20 anos.

Logo, a produção sem agrotóxicos consiste em um aspecto da agricultura tradicional camponesa brejense, pois, tradicionalmente, a agricultura de sequeiro era realizada por sua bisavó, seu bisavô, sua avó, seu avô, seu pai e sua mãe. Afinal, tanto o sequeiro dos antepassados como a agricultura agroecológica contemporânea auxiliam, em diferentes graus, na conservação da natureza, pois cultivam a terra sem o pacote tecnológico da revolução verde. Então, com os processos de mobilização social, de restauração da história oral e do diálogo de saberes, são criadas estratégias que possibilitam a constituição e o fortalecimento dos territórios camponeses agroecológicos brejenses.

Portanto, averiguamos nas falas dos camponeses entrevistados dois pontos bastante relevantes para a reestruturação da diversidade do agroecossistema brejense, a saber: a conservação ambiental e a melhoria na condição de vida da família camponesa. Pontuamos o quanto a agroecologia auxiliou na capacidade de resiliência da mata brejeira, fato que acarretou na atração de múltiplos animais, como a raposa, por exemplo.

A possibilidade de melhorar sua situação econômica também interferiu na diminuição da caça de animais silvestres. Todavia, ainda há pessoas que caçam esses animais e os vendem. Por fim, ressaltamos a questão da caça enquanto uma atividade realizada para suprir uma necessidade alimentar da família, em contraponto à situação de abundância agrossistêmica hoje vivida no território camponês agroecológico.

À vista disso, ratificamos o papel do movimento agroecológico na reorganização dos territórios camponeses brejenses a partir da reconstituição da resiliência, do resgate e da valorização do conhecimento tradicional camponês. Assim, as configurações desses territórios estão atreladas ao direito humano à alimentação sadia e adequada de acordo com a idade, gênero e localização geográfica (segurança alimentar) e à soberania alimentar; como também aos direitos dos animais e à conservação ambiental desde o convívio e diálogo com a natureza ao passar das gerações de camponeses brejenses.

Todavia, pontuamos que, na Constituição do Brasil, a natureza não é sujeito de direito, diferente de outros países latino-americanos, como o Equador e a Bolívia. Desse modo, salientamos que na escala do território camponês agroecológico brejense, a natureza tem direitos, e o respeito a esses direitos interfere impreterivelmente na saúde e no bem-estar (social, econômico) dos povos camponeses brejenses.

Então, quando é dito: "*[...] a gente começou com uma pequena preservação e ficou.*" *e* "*[...] hoje graças a Deus a gente pode comprar 1 kilo de carne pra gente comer então não tem necessidade de matar*",

observamos a clareza da associação entre conviver/conservar a natureza, manejar a terra agroecologicamente e a erradicação da fome da realidade dessa família, acarretando em prosperidade material/imaterial familiar e sanidade do corpo, da mente e do agroecossistema brejeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os povos camponeses, o discurso da conservação contrasta com a ideia de um território desabitado, onde a natureza é conservada virgem e inalterada. Sendo assim, nos territórios camponeses agroecológicos brejenses, a diversidade biológica atrela-se à sociocultural na construção de relações sociedade-natureza mais simétricas e proporcionais para conquistar melhores condições de vida, além dos processos de articulação nacional/internacional em redes próprias do movimento agroecológico no Brasil e América Latina.

Ademais, observamos que os agentes externos não-governamentais, como as ONGs, as redes missionárias e as instituições socioculturais, auxiliam o fortalecimento das experiências agroecológicas no agreste central pernambucano, estimulando, assim, a concretização e o reforço dos conhecimentos populares tradicionais nos territórios camponeses a partir da agroecologia.

Portanto, acreditamos que a disseminação e a consolidação da agroecologia em Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, é parte do impulsionamento dos camponeses, que se encontravam descontentes com a agricultura convencional moderna-industrial. Partindo desse descontentamento, pontuamos a ligação entre a agroecologia e os movimentos sociais do campo, como também ratificamos a sabedoria popular tradicional enquanto uma episteme própria relacionada às territorialidades dos povos camponeses do Brasil.

Logo, vemos que a agroecologia é materializada e disseminada no agreste central pernambucano a partir de mobilizações sociais como: as feiras agroecológicas, a criação de espaços de diálogo sobre os perigos dos agrotóxicos e a valorização dos alimentos agroecológicos, as trocas de sementes crioulas e os intercâmbios nas unidades produtivas agroecológicas. Assim como ocorre com os camponeses cubanos no uso da metodologia camponês a camponês (CAC), vemos o diálogo de saberes entre camponês-camponês e camponês-técnico, enquanto uma das características dos camponeses brejenses.

Nesse contexto, torna-se importante salientarmos que o movimento agroecológico abrange vários sujeitos sociais do campo e da cidade, sem distinção de idade e gênero. Articulados em redes nacionais

(ANA) e internacionais (Via Campesina) de luta contra o projeto desenvolvimentista moderno-colonial para a agricultura, que é fundamentado nos ideais e nas tecnologias da revolução verde.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALTIERI, M. A. **Agroecology**: the scientific basis of alternative agriculture. Colorado: Westview Press, Boulder, 1987.

ALTIERI, M. A.; HECHT, S. B. **Agroecology and small farm development**. Boaca Raton: CRC Press, 1989.

ANDRADE, M. C. de. Condições naturais e sistemas de exploração da terra no estado de Pernambuco. **Boletim Paulista de Geografia**. Outubro de 1967, N.° 4, 63-84 pp. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1179. Acesso em: 20 set. 2019.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** Diagnóstico do município de Brejo da Madre de Deus, estado de Pernambuco. Organizado [por] MASCARENHAS, J. *et al*. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

FIGUEIREDO, M. A. B. Una estrategia de desarrollo local desde las experiencias agroecológicas de la región cañera pernambucana - Brasil, **Tese de Doutorado**, Programa de Doctorado en Agroecología, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 2010, 273 p.

FORO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Declaração do Foro Internacional de Agroecologia,** Centro de Nyéléni, Mali, 12 de março de 2015. Disponível em: http://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/341391/. Acesso em: 15 set. 2016.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos,** São Paulo: Contexto, 2006.

HECHT, S. B. Environment, development and politics: capital accumulation and the livestock sector in eastern Amazonia. **World Development**, v. 13, Issue 6, June 1985, 663-684 pp. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X85901147. Acesso em: 10 abr. 2017.

IBGE. **Monografias municipais**: Nordeste – Pernambuco, Brejo da Madre de Deus. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Governo Federal do Brasil, Brasília – DF, 2017.

KANT, I. **Crítica da razão pura.** Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1999.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes, **Revista Educação & Realidade,** UFRGS, Porto Alegre, 34(3): 17-24, set/dez 2009. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515. Acesso em: 06 ago. 2017.

LEFF, E. **Aventuras de la epistemología ambiental**: de la articulación de ciencias al diálogo de saberes. México: Siglo XXI, 2011.

MACÁRIO, E. M. Complexidade e riscos no uso de agrotóxicos na agricultura: novas perguntas para velhas questões. **Dissertação**, Mestrado em Saúde Pública do Departamento de Estudos em Saúde Coletiva NESC/CPqAM/FIOCRUZ, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, 140 p.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e territórios em disputa,** 1ª edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008, 49- 78.

MARTÍNEZ-TORRES, M.; ROSSET, P. Diálogo de saberes en La Vía Campesina. **Soberania alimentaria y agroecología**, vol. 1, n.º 13, enero - junio 2016. Disponível em: https://www.ceccam.org/sites/default/files/Dialogo%20de%20saberes%20en%20la%20via%20campesina-%20soberania%20alimentaria%20y%20agroecologia.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

MIGNOLO, W. D. Hacia la cartografía de un nuevo mundo: pensamiento descolonial y desoccidentalización. **Otros Logos: Revista de Estudios Críticos.** Centro de Estudios y Actualización en Pensamiento Político, Decolonialidad e Interculturalidad, Universidad Nacional del Comahue, Argentina, 2012, 237-267 pp. Disponível em: http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0003/13.%20Carballo.pdf. Acesso em: 17 Set. 2018.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTE, E. História ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco: as ações humanas no ambiente natural sob a ótica dos indígenas e dos estudos acadêmicos (Séculos XIX - XX). **Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line],** Florianópolis, Nº 23, Vol. 23, p.99-125, 2014.
Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8108/5277. Acesso em: 09 mai. 2019.

PAKKASVIRTA, Jussi. Legados bolivarianos para la democracia y la integración. Araucaria. **Revista Iberoamericana de filosofía, política y humanidades,** Año 5, Nº 10, 2003, 143-167 pp. Disponível em:

http://www.red-redial.net/pt/revistaaraucariarevistaiberoamericanadefilosofiapoliticayhumanidades-108-2003-0-10.html. Acesso em: 23 ago. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (Comp.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2003. 246 p. 201-246 pp.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. *In*: RIBEIRO *et al*. (org.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia.** 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2017, 83-92 p.

SALES, T. **Agreste, agrestes**: transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.

SAQUET, M. A. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades**: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1ª edición, Universidad Nacional de La Plata, La Plata – Argentina, 2015.

SHANIN, T. **La clase incómoda**: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo - Rusia (1910-1925) – Alianza Editorial – Madrid, 1983.

SOLÁ PÉREZ, M. R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida. **Tese de Doutorado** - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016, 253 p.

TARDIN, J. M. **Considerações sobre o Diálogo de Saberes** (mímeo). São Paulo: Escola Latino-Americana de Agroecologia, 2006.

TOLEDO, V. A agroecologia é uma revolução epistemológica, **Revista Agriculturas,** v. 13, n. I, março 2016, p. 42-45. Disponível em: http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2016/06/V13N1_Artigo-7-Entrevista-Victor-MToledo.pdf. Acesso em: 02 out. 2017.